
COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS E PROCESSOS SUCESSÓRIOS: UM ESTUDO DE CASO EM MINAS GERAIS

AGRICULTURAL COOPERATIVES AND SUCCESSORY PROCESSES: A CASE STUDY IN MINAS GERAIS

Resumo

Objetivou-se investigar as iniciativas e a forma como estas são avaliadas pelos dirigentes e colaboradores da Cooperativa Agropecuária de Patrocínio - COOPA (Minas Gerais, Brasil) no sentido de auxiliar os processos de sucessão nos quais os filhos de cooperados estão envolvidos. A metodologia é qualitativa e do tipo exploratória. Foram analisadas 13 entrevistas com membros da direção, cargos de gestão e colaboradores. Embora a cooperativa não desenvolva ações institucionalizadas com foco nos processos sucessórios, duas ações indiretas foram abordadas como facilitadoras: o COOPAJOVEM e as bolsas de estudo. Destaca-se a importância dos extensionistas como possíveis auxiliares no processo de sucessão.

Palavras-chave: Sucessão geracional. Cooperativismo. Juventude rural.

Abstract

The objective was to investigate the initiatives and how they are evaluated by the managers and collaborators of the Cooperativa Agropecuária de Patrocínio - COOPA (Minas Gerais, Brazil) in order to assist the succession processes in which the children of cooperative are involved. The methodology is qualitative and exploratory. We analyzed 13 interviews with management members, management positions and collaborators. Although the cooperative does not develop institutionalized actions focused on succession processes, two indirect actions were addressed as facilitators: COOPAJOVEM and scholarships. The importance of extension workers as possible auxiliaries in the process of succession is highlighted.

Keywords: Generational succession. Cooperativism. Rural youth.

Recebido: 23/12/2017 Aceito: 08/03/2018

Amábile Tolio Boessio¹, Sheila Maria Doula², Aline Barasuol³

¹Doutoranda em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria – amabletolio@hotmail.com -Rua Bento Gonçalves, 114 apartamento 302, Bairro Nossa Senhora das Dores, Santa Maria-RS. CEP: 97050-090.

²Pós-doutora pelo Programa Postdoctoral de Investigación en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud da CLACSO - sheilaa@ufv.br

³Doutoranda em Extensão Rural e licencianda em Educação do Campo pela Universidade Federal de Santa Maria - abarasuol@hotmail.com

1. Introdução

Ao longo das últimas décadas, no meio acadêmico, o “rural” vem sendo objeto de debates acerca de suas especificidades, principalmente no que tange ao modo de vida e suas reconfigurações econômicas. Atualmente o mundo rural envolve espaços de vida multifacetários e atividades multifuncionais, onde as relações entre os atores são dinâmicas e estão em constante transformação, principalmente no que se refere aos aspectos econômicos, pois o rural deixa de ser somente agrícola e passa a combinar diversas outras funções, antes ligadas apenas ao espaço urbano (Wanderley, 2009; Graziano, 1996).

Inseridos nessa complexa realidade é que vivem os jovens rurais e por meio de suas vivências e experiências, fazem suas escolhas sobre o futuro. Por isso o esvaziamento demográfico, bem como o envelhecimento do campo, entre outros fatores, vêm instigando as pesquisas no Brasil com foco na permanência ou saída dos jovens do meio rural. Autores como Carneiro (1999), Stropasolas (2006) e Castro (2005) destacam a importância sobre o entendimento das escolhas dos jovens, procurando indagar se as transformações mais recentes ocorridas no espaço rural propiciam a permanência ou a saída dos segmentos juvenis em relação aos seus locais de origem.

Neste contexto de mudanças destaca-se o problema da sucessão geracional em propriedades familiares. Pesquisadores como Abramovay et al. (1998), Silvestro et al. (2001), Spanevello e Lago (2007), entre outros, vêm dedicando pesquisas sobre o assunto, evidenciando a ampliação dos espaços de debates dentro das famílias e, em contraponto, a falta de aporte de políticas públicas que auxiliem a gestão da produção na unidade familiar, o que pode afastar os jovens da atividade agrícola. Nesse sentido as cooperativas, em especial as agropecuárias, são instituições que podem dar aporte a seus associados no que diz respeito a esses processos. O dilema da sucessão familiar nas propriedades rurais, notadamente nos locais onde as cooperativas agropecuárias são bastante ativas, vem sendo pauta de discussão do movimento que as representa (Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB), de forma mais imediata e também em uma perspectiva de longo prazo. Casos de sucesso vêm sendo apresentados pelas cooperativas,

principalmente no sul do país, que é conhecido como o berço do movimento cooperativista no Brasil.

Spanevello, Drebes e Lago (2011) destacam, ao analisarem algumas cooperativas dessa região, que a sucessão geracional, além da sobrevivência das propriedades rurais, afeta também a própria sobrevivência das cooperativas agropecuárias. Assim, a necessidade do desenvolvimento de iniciativas que também aproximem os jovens do cooperativismo já é percebida pelas cooperativas nos últimos anos. A partir dessa constatação surgiram programas voltados para a educação cooperativa e ainda programas ligados à capacitação de jovens que estejam ingressando na gestão das cooperativas.

O Sescop – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – vem investindo nesses programas e exemplos deles são: o Cooperjovem e o Jovem Aprendiz Cooperativo. O primeiro é um Programa do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) que oferece formação/capacitação continuada dentro dos princípios e valores cooperativistas aos estudantes de ensino fundamental e médio, vinculado às cooperativas (OCB, 2014); o segundo é um Projeto do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) que visa auxiliar as cooperativas a inserirem os jovens no mercado de trabalho com capacitação voltada para os princípios cooperativistas. A partir dessas iniciativas e com a premissa de que não basta apenas aproximar o jovem dessas instituições, muitas vezes sem o entendimento dos anseios da juventude, analisam-se aqui as iniciativas que as cooperativas estão desenvolvendo para auxiliar nos processos de sucessão, levando-se em consideração a complexidade das relações no núcleo familiar e institucionais no mundo rural contemporâneo.

Autores como Spanevello e Lago (2007), Rosa e Silva (2010) e Spanevello, Drebes e Lago (2011) em suas pesquisas no sul do país, vêm dando início aos estudos que objetivam visualizar ações de cooperativas agropecuárias que estejam incentivando os jovens a permanecerem no campo. Salienta-se aqui que ao mapear as pesquisas sobre esse tema percebe-se que essas estão concentradas no sul do país. Assim, esta pesquisa foi desenvolvida por meio de um estudo de caso no estado de Minas Gerais, região do sudeste brasileiro, o que constitui um fator relevante para tal investigação.

O objetivo da pesquisa foi investigar as iniciativas e a forma como estas são avaliadas pelos dirigentes e colaboradores da Cooperativa Agropecuária de Patrocínio – COOPA no sentido de auxiliar os processos de sucessão nos quais os filhos dos cooperados estão envolvidos. É importante mencionar que por ações e iniciativas que auxiliem nos processos sucessórios podem ser entendidos os programas de educação, de capacitação, eventos que aproximem os jovens na gestão da propriedade familiar não apenas tendo como foco o cooperado, mas também considerando as relações familiares na produção.

2. SUCESSÃO FAMILIAR NA AGRICULTURA

Os agricultores do sul do país, até o final dos anos 60, produziam não apenas alimentos, mas também novas unidades de produção familiar, o que eles consideravam ainda mais importante. Essas novas unidades eram geralmente criadas por meio da repartição das propriedades. Na época havia ainda uma forte pressão moral para a continuidade da produção agrícola por parte dos filhos nas propriedades da família, inclusive devido à falta de melhores oportunidades de emprego e renda para os jovens. Sendo assim, havia uma fusão entre os objetivos da unidade familiar e os anseios de seus membros. Na medida em que essa fusão se dilui, por exemplo, pela falta de terras ou pela emigração rural juvenil, emerge o problema sucessório nessas unidades de produção (Abramovay et al., 1998).

Silvestro et al. (2001, p. 27) consideram que “tanto a quantidade de unidades familiares no campo, como a relação entre o destino da ocupação social no meio rural e os processos sucessórios deveriam ser razões suficientes para que as organizações que lutam pela valorização do interior do país se debruçassem sobre o assunto”. De acordo com Stropasolas (2011, p. 26), “o tema da sucessão geracional e, especificamente, da reprodução social da profissão de agricultor(a), vem emergindo como uma das principais preocupações das instituições do setor público, bem como das entidades representativas da agricultura familiar do Sul do Brasil, particularmente em Santa Catarina”.

Segundo Abramovay et al. (1998), os processos sociais que influenciam a formação de uma nova geração de agricultores abarcam temas

como a sucessão profissional, a transferência hereditária e a aposentadoria. Conforme colocam Silvestro et al. (2001), a sucessão é composta por três componentes, deixando de caracterizar apenas “um momento”: a transferência patrimonial, a continuação da atividade profissional paterna e ainda a saída do comando dos negócios das gerações mais velhas. Diante disso, os autores expõem que o processo de transição sobre a gestão da propriedade se dá de forma gradativa, passando por etapas até que se faça a passagem completa da gestão para o sucessor.

Plein e Schneider (2004), em pesquisa realizada com agricultores familiares em Iporã d’Oeste (SC), salientam a adoção de diferentes estratégias para garantir a reprodução social no campo, ao longo do processo de modernização da agricultura no país. Em especial nessa região, a integração às agroindústrias caracterizou-se como estratégia imprescindível na garantia de renda para muitas famílias. Os autores destacam ainda que para alguns agricultores as atividades não-agrícolas são outra forma de garantia de renda.

À vista disso, Stropasolas (2011) em estudo recente, realizado em Santa Catarina, afirma que além dos conflitos gerados pelos diferentes interesses dentro do grupo familiar, um grande gerador de conflitos dentro dessas unidades de produção é o modelo de gestão centralizado no pai e a grande dificuldade deste em aceitar inovações nos processos gerenciais. Nesse sentido, Andrade et al. (2011), ao pesquisarem os significados do processo de sucessão em uma empresa familiar, enfatizam a especificidade da relação entre família e empresa. Para os autores “a sucessão significa a transferência de liderança. [...] A característica da família e o processo de inserção de seus membros na empresa levam à construção de sentidos sobre o processo de transferência de liderança entre o fundador e um ou mais sucessores” (Anadrade et al., 2011, p. 45).

Ao tratar da sucessão, Ahlert (2009, p. 15) percebeu em sua pesquisa no Alto Taquari, no Rio Grande do Sul, que “o tema sucessão, na prática, não faz parte do planejamento e da discussão na maioria das propriedades familiares, sendo que muitos proprietários não pretendem se desfazer da propriedade enquanto tiverem condições de trabalhar ou não tiverem uma renda garantida”. Ao realizarem pesquisa com foco na reprodução de agricultores familiares do município de Três Palmeiras e do Alto

Uruguai (RS), Conterato e Schneider (2006) concluem que mesmo que a economia local seja baseada em torno do mercado agropecuário, isso acaba não refletindo em melhoria das condições de vida para os agricultores. Cabe destacar que o local onde a pesquisa foi realizada apresenta expressivo êxodo rural. Dessa forma, os autores caracterizam as dificuldades de obtenção de economias de escala como fator importante para a vulnerabilidade das famílias e seria fundamental a organização das famílias dos agricultores para a elaboração de estratégias produtivas individuais ou coletivas com intuito de fortalecê-los.

Além disso, para Alcântara e Machado Filho (2014, p. 140) “o “risco de governança” ainda é pouco tratado no meio rural, especialmente o processo sucessório que muitas vezes limita a potencialidade das operações”. Nesse sentido, os autores salientam que conforme a empresa agrícola evolui, o problema da continuidade dos negócios familiares perpassando as gerações acaba por surgir. Por fim, não se pode deixar de lado que apesar das intensas mudanças que o meio rural vem sofrendo nos últimos anos, ainda permanece a falta de investimento em políticas públicas que efetivamente motivem os jovens a valorizarem positivamente o campo como espaço de oportunidades para o desenvolvimento pessoal e coletivo. Assim, dentre as inúmeras instituições que atuam nos diversos contextos rurais, este artigo focaliza as organizações cooperativas e seu papel de impulsionar o desenvolvimento local, problematizando a sustentabilidade geracional dos empreendimentos familiares e da própria cooperativa.

3. AS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

As cooperativas inseridas no meio rural, em particular as do ramo agropecuário, proporcionam aos seus associados inserção mercadológica com o ganho de escala e também facilidade de acesso aos insumos. De acordo com Presno Amodeo (2001, p. 121), as cooperativas agropecuárias “são uma alternativa para os produtores poderem participar do sistema agroalimentar, obtendo melhores resultados econômicos que lhes permitam melhorar seu bem-estar”.

Zylbersztajn et al. (1996) afirmam que a cooperativa agropecuária deve atuar defendendo

sempre os interesses dos produtores cooperados. Segundo os autores, cabe à cooperativa o atendimento integral dos interesses que fogem ao ‘âmbito direto do agricultor’, como é o caso da “aquisição de insumos que muitas vezes definem a tecnologia a ser adotada pelo agricultor, comercialização dos produtos, definição de estratégias e diversificação da produção, formas de crescimento via integração vertical e horizontal, entre outras” (Zylbersztajn et al., 1996, p. 1).

Cabe destacar que as cooperativas agropecuárias têm um papel importante no desenvolvimento rural, pois são instituições que podem gerar melhorias aos seus integrantes nas esferas produtivas, e conseqüentemente nos níveis de qualidade de vida. Assim, como exposto por Presno Amodeo (1999), as cooperativas agropecuárias são organizações que devem prezar pelo desenvolvimento de seus cooperados, considerando as particularidades dos grupos envolvidos. A autora, ao apresentar as perspectivas discutidas em Manchester pela ACI (Aliança Cooperativa Internacional) para o século XXI – em 1995 no Congresso de comemoração ao centenário de fundação da ACI –, aponta que as cooperativas essencialmente “devem ser capazes de servir efetivamente e de contribuir ao crescimento econômico e a igualdade social em suas respectivas comunidades e/ou países” (Presno Amodeo, 1999, p. 43).

Por definição, as cooperativas são associações de pessoas e tal associação pauta-se em bases democráticas e tem o intuito de atender um objetivo em comum, principalmente relacionado às necessidades econômicas fundamentais. Essas características manifestam as dimensões básicas e diferenciais de uma organização cooperativa: social (ou política) e econômica. A articulação de ambas as dimensões promove a organização e a promoção social dos associados, ao mesmo tempo em que se constitui como empreendimento econômico eficiente (Antoniali, 2000).

Nesse sentido, Gonçalves (2012) expõe que diferentemente de uma empresa capitalista, o objetivo das cooperativas não é a maximização do lucro, embora se tenha uma finalidade econômica. Para tanto, a eficiência econômica da organização é imprescindível para a manutenção de tal instituição e ainda para a melhoria das condições sociais dos cooperados.

Percebe-se cada vez mais no meio cooperativista a preocupação no que diz respeito à participação da juventude presente no movimento. De acordo com Rodrigues (2008), sem os jovens um dia não mais existirá o cooperativismo, daí a importância de aproximá-los de forma mais intensa às atividades das cooperativas, ao movimento cooperativista e a seus princípios. Com esse objetivo, as cooperativas começam a investir em ações ligadas à educação e capacitação de seus agentes diretos e indiretos, como expõe Schneider et al. (2010), a educação cooperativa não deve se concentrar apenas em membros associados e funcionários, mas também deve se preocupar em envolver as famílias dos associados, proporcionando e estimulando a participação das esposas e dos filhos no dia-a-dia da cooperativa.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Ao levar em conta o objetivo proposto nesta pesquisa, utilizou-se para coleta de dados as pesquisas bibliográfica, documental e de campo. O desenvolvimento da pesquisa apresenta abordagem qualitativa do tipo exploratória em um estudo de caso. A pesquisa documental objetivou coletar o registro de ações diretas ou indiretas desenvolvidas pela cooperativa no que tange aos processos de sucessão, a aproximação dos jovens e também iniciativas que indiretamente pudessem estar relacionadas com esses processos. Nessas ações estão incluídos os programas de educação, capacitação, eventos que aproximem os jovens e as mulheres nas atividades diárias da cooperativa, projetos que auxiliem na gestão da propriedade familiar não apenas tendo como foco o cooperado, mas também considerando as relações familiares na produção. A pesquisa documental foi fundamental para identificar a forma como vem sendo organizado o quadro social da cooperativa.

Em campo, além da pesquisa documental realizada na própria cooperativa, foram realizadas 13 entrevistas conduzidas por um roteiro, com dirigentes, gestores da cooperativa e alguns colaboradores (extensionistas, agentes de OQS - Organização do Quadro Social, marketing e RH - Recursos humanos). As entrevistas foram devidamente registradas por meio de gravação das conversas e posteriormente transcritas.

5. A COOPERTIVA AGROPECUÁRIA DE PATROCÍNIO

O universo de investigação empírica foi a Cooperativa Agropecuária de Patrocínio – COOPA, localizada na mesorregião do Triângulo Mineiro, no município de Patrocínio/MG. Sua área de atuação é composta por quatorze municípios localizados na microrregião do Alto Paranaíba, sendo que unidades fixas da cooperativa são presentes em três municípios além do município sede.

A população total do município é de 82.471 habitantes, com grande parte composta pela faixa etária entre 5 a 49 anos. De acordo com o Censo de 2010 (IBGE, 2014), são residentes nas áreas consideradas rurais um total de 9.713 habitantes, sendo destes 4.356 do sexo feminino, o que permite inferir que no município não é presente o processo de masculinização rural, tal como verificado em outras regiões do país. Salienta-se que no município, entre os anos de 1991 e 2010, houve uma redução na população total rural e ainda um aumento na taxa de urbanização de 13,48% (Atlas de Desenvolvimento Humano, 2013).

Economicamente o município baseia-se na agricultura e o cultivo que se destaca neste ramo é o café. O município é grande produtor ainda de milho, soja, feijão, algodão, arroz, batata inglesa, banana, mandioca, cana-de-açúcar, frutas e hortifrutigranjeiros, que são comercializados no abastecimento do CEASA (Centrais Estaduais de Abastecimento) de Uberlândia e ainda em São Paulo, Paraná, Manaus e Rio de Janeiro. Ressalta-se que Patrocínio é a segunda bacia leiteira do Estado de Minas Gerais, concentrando a maior produção entre os associados da Cooperativa Agropecuária de Patrocínio - COOPA. Ainda são presentes no município associações como a Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado – Expocaccer e a Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio – Acarpa (Patrocínio, 2014).

O município de Patrocínio, de acordo com dados do último Censo Agropecuário, apresenta o 3º maior PIB agropecuário da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Do total de municípios da microrregião de Patrocínio (11 municípios), 7 são pertencentes à área de atuação da COOPA.

A COOPA em 2013 tinha 2.898 associados e aproximadamente 350 colaboradores contratados.

Além de referência na região em que atua, é também uma das três cooperativas associadas da Cooperativa Central Mineira de Laticínios Ltda. (CEMIL). A cooperativa vem obtendo destaque no Movimento Cooperativista Mineiro por sua atuação, principalmente pela organização do quadro de associados e sua preocupação com os jovens interligados a ela.

O Quadro Social da Cooperativa é composto por 21 comunidades cooperativistas que realizam reuniões periódicas a cada dois meses, nas quais são realizadas palestras técnicas, dias de campo, capacitações tanto voltadas para a produção quanto para a formação cooperativista, esta última ainda de forma menos frequente. Outro tema relevante das reuniões é a pré-assembleia, que visa uma preparação para os assuntos a serem tratados na Assembleia Geral Ordinária.

Além das Comunidades Cooperativistas, a COOPA conta com um Núcleo de Mulheres e o Núcleo de Jovens Cooperativistas. De acordo com o capítulo XV, artigo 78 do Estatuto da Cooperativa, “a COOPA deverá fomentar a organização dos grupos de interesses da família cooperativista, organizando os Núcleos de Jovens Cooperativistas, de modo a facilitar a sua melhor integração e participação na vida da cooperativa” (Estatuto da COOPA, p. 28). Neste mesmo capítulo do Estatuto, no artigo 79 é salientado o papel do Núcleo de Jovens da COOPA: “é objeto do Núcleo dos Jovens Cooperativistas representar os interesses dos jovens cooperativistas, desenvolver neles o espírito e o ideal cooperativista, apoiar as atividades da COOPA, estreitar os laços entre a mesma e a família dos associados” (Estatuto da COOPA, p. 28). Segundo aqueles que podem participar do Núcleo, o artigo 80 determina: “poderão participar dos Núcleos de Jovens Cooperativistas as pessoas com idade mínima de 15 anos e máxima de 35 anos: 1 – Associados da COOPA; 2 – Filhos ou netos de associados; 3 – Funcionários da COOPA; 4 – Filhos ou netos de funcionários da COOPA” (Estatuto da COOPA, p. 28). Complementando o artigo 80, o Parágrafo Primeiro diz que: “poderão participar dos Núcleos de Jovens Cooperativistas outras pessoas que se enquadrem nos seus objetivos mesmo quando não se enquadrem nas classificações do caput desse Artigo” (Estatuto da COOPA, p. 29).

Nas oportunidades de encontro com esses jovens, um dos principais objetivos é tornar o jovem

mais participativo, abrindo espaços para que estes apresentem ideias e sugestões para a Cooperativa, visando buscar o crescimento e o desenvolvimento da Cooperativa com uma atuação juvenil maior. De forma geral, esses encontros por meio de ambientes de reflexão têm o intuito de formar as novas lideranças e os futuros associados. O COOPAJOVEM, em 2008, estruturou e elaborou regimento e estatuto próprios e a partir daí foram eleitas as lideranças do grupo. Foi a partir de 2010 que esses jovens começaram a ganhar visibilidade a nível nacional dentro do Movimento Cooperativista, destacando-se aqui a participação do grupo no Encontro Estadual de Jovens Cooperativistas promovido pela OCEMG/SESCOOP.

Vale salientar a participação do grupo de jovens nas atividades desenvolvidas pela cooperativa no que tange à esfera social. Nesse sentido, a COOPA tem participado desde 2009 do “Dia C” – Dia de Cooperar, um Projeto elaborado pela OCEMG/SESCOOP-MG, que visa desenvolver atividades locais que priorizem o trabalho voluntário e possam fomentar a cooperação e a solidariedade. Em parceria com outras cooperativas do município e juntamente com entidades educacionais, hospitais e órgãos públicos, foram desenvolvidas iniciativas com esse propósito. No ano de 2009 a ação foi em prol do Meio Ambiente; houve plantio de árvores com intuito de recuperação de uma nascente que gera o abastecimento da cidade de Patrocínio e pretendeu-se sensibilizar a comunidade sobre a importância das questões ambientais para a melhoria da qualidade de vida. Ainda com o foco na questão ambiental, em 2010 a ação foi voltada ao recolhimento de óleo vegetal (óleo de cozinha) já usado, que era trocado por um litro de leite da COOPA. Nessa atividade objetivou-se instruir a população acerca do correto descarte do produto e ainda informar sobre opções de reaproveitamento do óleo de cozinha. Já no ano de 2011 foi realizada a “Cavalgada pela Vida”, que visou a arrecadação de recursos financeiros para o Hospital do Câncer Dr. José Figueiredo. Essa ação estendeu-se por vários municípios da região. Para o “Dia C” no ano de 2012, que foi o Ano Internacional das Cooperativas, instituído pela ONU – Organização das Nações Unidas, o slogan que norteou a ação foi “Cooperativas constroem um mundo melhor”. No ano de 2013 a ação desenvolvida pautou-se pelo com o slogan “Pedalar pela vida” que

objetivava a sensibilização sobre a utilização do uso da bicicleta e da promoção de bem-estar físico.

6. AÇÕES VOLTADAS À SUCESSÃO GERACIONAL NA COOPA

Ao considerar o tema da sucessão geracional nas unidades familiares de produção da área rural em que atuam, os dirigentes, os extensionistas (técnicos de campo e agentes de OQS), bem como o setor de Marketing e RH da COOPA, foram igualmente questionados sobre as ações que a cooperativa vem desenvolvendo com o objetivo de auxiliar esse processo na própria instituição e também nas propriedades dos cooperados.

Os entrevistados foram unânimes ao afirmar que não há ações específicas nesse sentido, o que concorda com os resultados das pesquisas realizadas no sul do país, como a de Spanevello, Drebes e Lago (2011). No entanto, foi indicado por todos, o COOPAJOVEM como uma ação que aproxima os jovens da cooperativa e que pode estimular a juventude a permanecer no campo. Foi percebido pelos entrevistados que no início das atividades do COOPAJOVEM os jovens eram mais participativos e engajados. O fator que pode ter desmotivado essa participação na atualidade seria a troca de diretoria do grupo, que não conseguiu manter a antiga coesão.

Cabe salientar aqui que essa ação tem baixa adesão por parte dos jovens envolvidos com o quadro social da cooperativa, fato esse ainda não entendido pelos gestores. No entanto, após o contato com os materiais disponibilizados pela própria cooperativa, observou-se que mais do que incentivar os jovens a permanecerem no campo ou na atividade agropecuária, a ação do COOPAJOVEM fica restrita apenas às lideranças que já se destacam no quadro social.

Em relação à mesma questão, a outra ação mencionada amplamente refere-se à existência de bolsas de estudo, concedidas pela COOPA em parceria com a CEMIL e com a Escola Agrotécnica do município de Patrocínio. As bolsas para o nível médio (técnico em agropecuária) são no total de 10 e sempre todas estão preenchidas. Já as bolsas para nível superior perfazem um total de 50, mas em nenhum ano preencheu-se o total ofertado, fato justificado nas entrevistas pelas exigências de acesso, tais como ser cooperado fidelizado da COOPA. Assim, anualmente são oferecidas 60

bolsas para ingresso nos cursos, no entanto em 2014 apenas 87 haviam sido preenchidas, contabilizando-se nesse total os bolsistas que ingressaram em anos anteriores e ainda não finalizaram os cursos técnico e superior.

Essa iniciativa da cooperativa existe há pelo menos 20 anos. Conforme informado pela diretoria e pelo setor de RH (setor responsável pela gestão do convênio), o bolsista recebe o valor de R\$ 350,00 mensais durante o período do curso, desde que apresente frequência e notas mínimas exigidas. Para se candidatar à bolsa de estudos o convênio é aberto ao próprio cooperado, sua esposa, seus filhos, sobrinhos e netos. Foi relatado por uma das entrevistadas da cooperativa que a maioria dos cursos está vinculada às atividades agropecuárias, porém não há registro completo das informações sobre os bolsistas.

Na avaliação dos entrevistados, embora ambas as ações permitam maior aproximação dos jovens juntos à cooperativa, elas também apresentam limitações, dentre as quais a ausência de uma abordagem explícita sobre os processos sucessórios:

Eu acho que uma das coisas são as bolsas, porque o auxílio educação é uma oportunidade, assim o menino tem condição de estudar e cria um vínculo com a cooperativa. Nas reuniões de comunidades, temos falado muito – só falado – a questão dos pais darem abertura, evoluírem tecnologicamente na propriedade. Só agora no último ano focamos com palestras nesse sentido. Antes era falado somente na diretoria. (Diretor 1).

Se fala há pouco tempo sobre sucessão, é um termo novo e estruturado. Mas nós estamos trabalhando dessa forma há muito tempo. Mas projeto específico para isso nós não temos (Diretor2).

O COOPAJOVEM eu acho que é um programa interessante, tenta trazer esses jovens pra dentro da cooperativa, conhecer o modelo. [...] Eu acho que hoje a gente tem um projeto interessante que é a questão das bolsas, pros filhos de associados né, mas acho que a gente tem que criar ferramentas do tipo: tá, você ganhou a bolsa, mas eu preciso de você aqui perto. Começar por aí né, acho que no próprio COOPAJOVEM a gente tem que começar a fazer alguns cursos ou uns eventos diferentes, pra tentar mostrar a importância da cooperativa pra eles (Extensionista 3).

A ação de concessão de bolsas é similar ao que Spanevello, Drebes e Lago (2011) encontraram em sua pesquisa, porém nas cooperativas

pesquisadas pelos autores as bolsas representam uma ação recente e são diretamente vinculadas às atividades agropecuárias. No caso da COOPA como mostra o trecho de entrevista abaixo, a colaboradora do setor responsável pela gestão das bolsas elucidou o objetivo desse convênio e esclareceu também o intuito do COOPAJOVEM como possível facilitador da permanência do jovem no meio rural.

O objetivo das bolsas é auxiliar o cooperado a qualificar profissionalmente seus filhos. Se for na linha que ele trabalha, do agronegócio, ótimo como a grande maioria é, mas também é aberta pra farmácia, engenharia, ele não tem realmente essa fidelização de ser do agronegócio, de sucessão. É um programa que auxilia o cooperado a profissionalizar os seus filhos. [...] Nós temos o COOPAJOVEM que é criado nessa linha, pra promover a sucessão dentro da cooperativa (RH 2).

Observa-se na fala que ambas as ações não apresentam de forma institucionalizada a intenção específica de promover a permanência do segmento juvenil no campo, e como consequência, auxiliar também os processos sucessórios nas unidades produtivas. O que se percebe no convênio de bolsas é mais uma ação ligada ao bem-estar e em benefício dos cooperados e seus dependentes. Já no caso do grupo de jovens – COOPAJOVEM, percebe-se uma ação direcionada ao desenvolvimento e estímulo do espírito de liderança juvenil, assim como a aproximação dos jovens à identidade da cooperativa.

A maioria dos entrevistados ao ser questionada sobre o que a COOPA poderia fazer para incentivar os jovens a permanecerem no campo e na atividade agrícola, respondeu que não saberia formular uma solução para o problema. Cabe mencionar que em grande parte das entrevistas foi percebido um silêncio acompanhado de uma fisionomia preocupada logo após ao término do questionamento. Quase a totalidade dos entrevistados mencionou em suas respostas a falta de infraestrutura para o setor agropecuário no país e a rentabilidade econômica como entraves. Tal fato confirma o que autores como Silvestro et al. (2001) e Abramovay et al. (1998) concluem sobre os fatores que dificultam a permanência dos jovens em atividades nas propriedades familiares, pois para eles, assim como para os entrevistados desta pesquisa, a falta de capital financeiro, a ausência de perspectivas na unidade familiar de produção e ainda

as dificuldades de infraestrutura encontradas no meio rural são causas desmotivadoras para a permanência juvenil no campo e nas atividades agrícolas.

Nas entrevistas foi absoluto o entendimento de que não se pode falar em sucessão da propriedade familiar rural, e menos ainda em sucessão de gestão nas cooperativas agropecuárias, se não houver um ambiente social econômico e político que possa gerar expectativas futuras para os jovens. Na opinião dos entrevistados é presente o discurso de que o jovem de hoje, independentemente do local de moradia (rural ou urbano), é um jovem tecnologicamente inserido e interligado com o mundo. Dessa forma, é salientado que esse segmento necessita de tecnologia tratando-se, em especial, da atividade desempenhada na propriedade pois, como dito pelo Diretor 1, “não adianta chegarmos lá na propriedade e o cara tá lá tirando leite na mão, sentando no barro, trabalhando na enxada, arado de boi, não adianta, o filho não vai ficar lá [...] ele precisa ter acesso a um trator, a uma ordenha mecânica, uma colheitadeira, como ele vai aplicar o conhecimento dele?”. Complementando essa visão o entrevistado salientou que “o homem do campo hoje não é mais aquele “cara” jeca tatu do Montero Lobato, ele é um cara muito mais consumidor do que qualquer outro urbano”.

Referindo-se ao mesmo questionamento, os entrevistados também destacaram maior possibilidade de acesso à formação superior dos jovens na atualidade, que pode afastá-los dos negócios familiares e, por outro lado, a própria formação dos profissionais que atuam na cooperativa, muitas vezes despreparados para lidar com o segmento juvenil:

Eu não sei te falar, sabe porquê? Qual a dificuldade do jovem? Eu chamo o jovem pra cá, aí ele tá no segundo grau, e quando vê ele passa na faculdade lá longe, aí ele fica 4, 5 anos recebendo outro tipo de informação. A dificuldade é a continuidade. O negócio é trabalhar com o jovem que tá lá na roça, não esse que tá aqui na cidade, isso nós temos que conversar mais (dentro da COOPA). Falta gente qualificada pra mexer com esse público, inclusive já pedi socorro pro pessoal da OCEMG. O pessoal vem da formação e cai na prática sem saber como funciona (referindo-se à formação superior ligada às cooperativas). Tá faltando um up grade na OQS, pois ela tem o poder de transformar o quadro social da cooperativa, eu sinto que a formação tá falha (Diretor 1).

Precisamos fazer com que o filho do cooperado participe da cooperativa, pra que ele perceba o valor do negócio. Na verdade, por muito tempo nós vimos o empresário rural, o produtor rural, como uma profissão de segunda categoria, o ideal era você ir pra cidade, arrumar um emprego na cidade. [...] Nós (cooperativa) temos que ajudar a mudar essa visão, e eu acho que já tá mudando, mas seria ajudar a mudar essa visão do herdeiro/sucessor da atividade rural. Mostrar que ele tem uma empresa rural, que ele pode crescer como produtor rural. [...] Outra forma é nós conseguirmos levar tecnologia para o produtor rural de forma que ele tenha crescimento econômico, financeiro e também social e que o sucessor perceba isso, que na hora que ele percebe que esse negócio aqui é bom, que esse negócio aqui dá dinheiro, vai ajudar muito na hora dele decidir ficar (Diretor 3).

Ao considerar o que foi apresentado até aqui, retifica-se uma consonância com a pesquisa de Memlak e Dewes (s.a.), no extremo norte do Rio Grande do Sul, quando os autores concluem que a cooperativa deveria adotar uma política de inclusão dos jovens com o intuito de prepará-los para uma possível sucessão nas propriedades e conseqüentemente no quadro organizacional e também na gestão das próprias cooperativas. Os resultados desta pesquisa também vão ao encontro do que Spanevello, Drebes e Lago (2011) apresentam em sua pesquisa realizada no Noroeste do mesmo estado, considerando que não é possível ainda a formulação de ações mais específicas juntos aos jovens pela falta de pessoal qualificado para implementá-las.

No caso da COOPA foi percebido, tanto em resposta de um dos entrevistados do quadro social, quanto em campo a partir de entrevistas com as famílias cooperadas, a importância dos extensionistas como agentes fundamentais para o incentivo e também seu papel de elo da cooperativa com as unidades de produção familiares. No entanto, apesar dessa proximidade com o cotidiano das famílias, sabe-se que a formação do extensionista é mais focada nos aspectos técnicos da produção econômica, ou seja, ainda permanece em aberta a necessidade de formação de um profissional, com perfil diferenciado, que seja capaz de lidar com outras esperas da gestão.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um cenário rural de multifuncionalidade e pluriatividade é relevante entender os programas/ações vinculados às organizações cooperativas que tenham como foco o segmento juvenil, em especial no que tange à sucessão nas unidades de produção familiar de seus cooperados. O presente artigo desenvolveu-se com o intuito de investigar a presença de ações, percebidas pelos dirigentes e colaboradores da Cooperativa Agropecuária de Patrocínio – COOPA que possam auxiliar os processos de sucessão nos quais os filhos dos cooperados estão ou poderão estar envolvidos. Foram evidenciadas duas ações que, segundo os entrevistados, podem auxiliar mesmo que de forma indireta os processos sucessórios nas propriedades dos associados da cooperativa: o grupo de jovens COOPAJOVEM e as bolsas de estudos concedidas pela COOPA em parceria com a CEMIL (cooperativa central).

O COOPAJOVEM, mesmo objetivando o desenvolvimento de lideranças para possível sucessão nos conselhos da cooperativa e, conseqüentemente na gestão, não apresenta envolvimento direto em relação à sucessão geracional nas propriedades e muito menos quando o assunto é a atividade desempenhada nas mesmas. A outra ação, bolsas de estudo, não tem como objetivo principal o auxílio da permanência juvenil no campo, porém foi mencionado que a maioria das bolsas concedidas é voltada para os cursos com vínculo com as atividades agropecuárias. Há que se mencionar ainda a importância dos extensionistas nesse processo, pois estes, além de representarem a presença da cooperativa nas propriedades, são formadores de opinião e podem auxiliar os jovens, filhos de cooperados, a perceberem a unidade familiar como um negócio promissor e com boa rentabilidade.

No entanto, as duas ações mais destacadas pelos entrevistados e desenvolvidas na COOPA são iniciativas isoladas e não contribuem para encarar a sucessão geracional no meio rural que, como aponta a pesquisa bibliográfica, é uma fase permeada por conflitos. Entender como as cooperativas interpretam e agem no que tange à juventude e ao futuro da própria organização, bem como ao futuro das propriedades de seus cooperados, torna-se relevante – não apenas para a manutenção dessas cooperativas e do sistema cooperativista, mas também para compreender os mecanismos, as

dificuldades ou as possibilidades nos processos de reprodução social que envolvem tanto a instituição cooperativa quanto a propriedade familiar dos cooperados.

Embora esta pesquisa apresente os limites próprios de um estudo de caso e que alguns de seus resultados confirmem as poucas pesquisas realizadas no sul do Brasil, é notória a necessidade de estudos sobre outros contextos rurais e sobre outras ações que as cooperativas agropecuárias podem estar desenvolvendo junto aos jovens. O intuito aqui foi analisar as fragilidades das ações em uma cooperativa considerada exemplar no movimento cooperativista mineiro, o que não invalida a iniciativa de inserir o debate sucessório na agenda institucional.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.; et al. (1998); Juventude e agricultura familiar. Brasília: Edições da UNESCO, 101 p.
- AHLERT, L. (2009); A sucessão das atividades na agricultura familiar. In: 47ª SOBER, Porto Alegre, RS. Desenvolvimento rural e sistemas agroalimentares: os agronegócios no contexto de integração das nações.
- ALCANTARA, N. B.; MACHADO FILHO, C. A. P. (2014); O processo de sucessão no controle de empresas rurais brasileiras um estudo multicase. Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 16, 139-151 p.
- ANDRADE, D. M.; LIMA, J. B.; ANTONIALLI, L. M. (2011); Significados do processo de sucessão em uma empresa familiar. Espacios (Caracas), v. 32, 49-51 p.
- ANTONIALLI, L. M. (2000); Influência da mudança de gestão nas estratégias de uma cooperativa agropecuária. RAC. Revista de Administração Contemporânea, Rio de Janeiro-RJ, v. 4, n.1, 135-159 p.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL (2014). Perfil do município de Patrocínio/MG. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/patrocinio_mg>. Acesso em: 05 de novembro 2014.
- CARNEIRO, M. J. (1999); O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: Teixeira da Silva, Francisco Carlos et al. (Org.). Mundo rural e política. Rio de Janeiro: Campus.
- CASTRO, E. G. de. (2005); Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGAS/UFRJ, 380 f.
- CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (2006); A agricultura familiar do Alto Uruguai, RS: mercantilização e estratégias de reprodução no município de Três Palmeiras. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 23, 151-189 p.
- ESTATUTO SOCIAL, Cooperativa Agropecuária de Patrocínio – COOPA (2014); Disponível em: <http://www.coopa.coop.br/public/coopa/imagens/uploads/files/estatuto_coopa.pdf>. Acesso em: 05 novembro 2014.
- GONÇALVES, R. C. (2012); A evolução do cooperativismo agropecuário no Brasil. 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/69983>>. Acesso em: 19 fev. 2014.
- GRAZIANO, J. S. (1996); A nova dinâmica da Agricultura Brasileira. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 217 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2014); Cidades – Patrocínio/MG. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=314810&search=minas-gerais|patrocinio>>. Acesso em: 05 de novembro 2014.
- MELLO, M. A.; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. (2003); Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. Agricultura em São Paulo, São Paulo, v. 50, n.1,

- 11-24 p. MEMLAK, A. F.; DEWES, F. (2014); Cooperativismo e Juventude: as perspectivas de participação dos jovens das famílias associadas à cooperativa extremo norte. s./a. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Adriana%20Memlak.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2014
- OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras (2014); Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/brasil_cooperativo/index.asp>. Acesso em: 12 fev. 2014.
- PATROCÍNIO, Prefeitura Municipal (2014); Disponível em: <<http://www.patrocínio.mg.gov.br/index.php>>. Acesso em: 05 de novembro 2014.
- PLEIN, C.; SCHNEIDER, S. (2004); Agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do município de Iporã d'Oeste, Santa Catarina. Faz Ciência, Francisco Beltrão, v. 6, n.1, 231-254 p.
- PRESNO AMODEO, N. B. (1999); As cooperativas agroindustriais e os desafios da competitividade. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- PRESNO AMODEO, N. B. (2001); As cooperativas e os desafios da competitividade. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 17, n.17, 119-144, p.
- RODRIGUES, R. (2008); Cooperativismo: Surfando a segunda onda. São Paulo: [s.n.], 487 p.
- SILVESTRO, M. L. et al. (2001); Os impasses da sucessão hereditária na agricultura familiar. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead, Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- SPANEVERELLO, R. M.; DREBES, L. M.; LAGO, A. (2001); A influência das ações cooperativistas sobre a reprodução social da agricultura familiar e seus reflexos sobre o desenvolvimento rural. In: II Conferência do Desenvolvimento, 2011, Brasília. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos.
- SPANEVERELLO, R.; LAGO, A. (2007); As cooperativas agropecuárias e a sucessão profissional na agricultura familiar. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2007, Londrina - PR. Conhecimento para a Agricultura do Futuro.
- STROPASOLAS, V. L. (2006); O mundo rural no horizonte dos jovens. Florianópolis: Editora da UFSC.
- STROPASOLAS, V. L. (2011); Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. Revista Agriculturas (Impresso), v. 8, 26-29 p.
- WANDERLEY, M. de N. B. (2009); O Mundo Rural como um Espaço de Vida – reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS Editora.
- ZYLBERSZTAJN, Decio; LAZZARINI, S. G.; BIALOSKORSKI NETO, S.; TAKAKI, F. S. (1996); Cooperativa Coamo: Gerenciando os Conflitos do Crescimento. Disponível em: <http://www.fundacaofia.com.br/pensa/anejos/biblioteca/2212008132516_ec96_coamo.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2014

